FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL - FMF

CNPJ/MF nº 17.405.747/0001-22

CARTA DA PRESIDÊNCIA

Caros Amigos, O ano de 2020, atípico para todos os setores da sociedade, entrou para a história como período de desafios inimagináveis na gestão do futebol. A pandemia do coronavírus, ainda um adversário implacável, interrompeu o Mineiro Sicoob - Módulo I de maneira abrupta, quando fomos a primeira federação estadual a parar o futebol, já com o entendimento inicial de que a vida dos envolvidos em todas as nossas atividades são - e sempre serão - prioridade. Passamos por meses com dúvidas e alicerçados, sempre, nas orientações das autoridades de saúde. Após longo período de estudos e desenvolvimento de protocolos minuciosos, conseguimos, com o apoio de todos os parceiros e de todos os nossos clubes, retomar o melhor estadual do Brasil. Os resultados daquela primeira experiência nos trouxeram segurança para seguir, também, com o Módulo II e para realizar a Segunda Divisão e o Mineiro Feminino. O Futebol Amador, pelo qual prezamos tanto, precisou ser suspenso com retorno ainda imprevisível. Não teríamos as garantias para prezar pela saúde dos envolvidos como gostaríamos, e não faria sentido disputar jogos amadores sem a presença das comunidades envolvidas com os seus clubes - a verdadeira "alma" da várzea. Da mesma forma, os campeonatos de base não foram realizados, considerando a importância e a grande responsabilidade que envolve a formação de jovens, em sua maioria menores de idade. Mais uma vez, achamos prudente aguardar o melhor momento para a retomada, que está bem próxima. Diante de tantas adversidades, demos um passo importante para que as torcidas pudessem testemunhar, ainda que à distância, os jogos de seus clubes. Criamos a plataforma de streaming da FMF, o futebolmineiro.tv.br, e mostramos grandes jogos do interior, que mesmo antes da pandemia não eram transmitidos. O atual momento segue exigindo cautela e um trabalho realizado de forma alinhada às autoridades sanitárias. A Federação Mineira de Futebol mantém contato permanente com os responsáveis pelas aprovações de protocolos e liberação das atividades, sempre pronta para colaborar no que for necessário para a manutenção da segurança dos envolvidos com o futebol. O nosso país iniciou as atividades de vacinação, o que acende mais um alerta positivo: esperamos, em breve, iniciar estudos e avaliações para a retomada dos jogos com público em um futuro próximo - decisão que não compete às entidades organizadoras do futebol, e sim aos especialistas em saúde. Esperamos que o fim de 2021 seja melhor do que o ano anterior, com menos dúvidas e melhores projeções para o futuro do nosso futebol. Seguimos trabalhando em busca de soluções para amenizar os impactos do enfrentamento à pandemia e para produzir lazer e entretenimento para a torcida mineira, como sempre o fizemos. Atenciosamente,

Adriano Guilherme de Aro Ferreira.

BALANÇO PATRIMONIAL - (Em R$ 1)

Ativo	Nota	31.12.20	31.12.19
Circulante			
Caixa e equivalentes	3	170.477	3.732.797
Clubes filiados	4	2.463.251	2.500.667
Adiantamentos		28.776	7.050
Contas a receber	5	2.044.073	1.675.057
Tributos a recuperar/compensar		6.059	6.059
Despesas antecipadas		2.336	3.786
		4.714.970	**7.925.416**
Não Circulante			
Realizável longo prazo			
Títulos de capitalização		-	264.051
Depósitos judiciais	10	540	58.096
		540	**322.147**
Investimentos		**500**	**500**
Imobilizado	6	**266.161**	**334.773**
Intangível		**3.002**	**3.002**
		269.663	**338.275**
Total do Ativo		**4.985.174**	**8.585.838**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31.12.20	31.12.19
Circulante			
Obrigações trabalhistas		27.903	29.461
Empréstimos e financiamentos		213.824	150.000
Fornecedores		859.105	311.300
Obrigações sociais		245.106	269.977
Obrigações tributárias		72.896	64.655
Obrigações tributárias - Parcelamento	7	717.979	605.091
Contas a pagar		1.555.451	1.608.786
Receita a realizar	8	2.738.141	2.161.558
Outras obrigações	9	357.138	3.891.725
		6.787.543	**9.092.554**
Não Circulante			
Obrigações tributárias - Parcelamento	7	8.034.597	8.154.578
Provisão para passivos contingentes	10	1.230.850	999.948
		9.265.447	**9.154.526**
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)			
Déficit acumulado		(11.067.817)	(9.661.241)
		(11.067.817)	**(9.661.241)**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		**4.985.174**	**8.585.838**

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT (Em R$ 1)

	Nota	31.12.20	31.12.19
Receitas Operacionais	11	8.453.238	13.303.249
Despesas Operacionais			
Pessoal	12	(4.901.623)	(5.650.939)
Operacionais de jogos	13	(2.126.160)	(3.030.982)
Gerais e administrativas	14	(572.413)	(1.897.778)
Utilidades e serviços	15	(1.047.469)	(1.177.154)
Despesas tributárias	16	(42.942)	(65.841)
Outras despesas	17	(701.725)	(271.628)
Depreciação		(96.211)	(75.004)
		(9.488.543)	**(12.169.326)**
Déficit Operacional		**(1.035.305)**	**1.133.923**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	18	850.863	512.323
Despesas financeiras	18	(1.222.134)	(1.535.521)
		(371.271)	(1.023.198)
Superávit (Déficit) do Exercício		**(1.406.576)**	**110.725**

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) (Em R$ 1)

	Patrimônio Social	Superávits (Déficits) Acumulados	Total
Saldo em 31.12.18	**-**	**(9.771.966)**	**(9.771.966)**
Superávit do exercício		110.725	110.725
Saldo em 31.12.19	**-**	**(9.661.241)**	**(9.661.241)**
Déficit do exercício		(1.406.576)	(1.406.576)
Saldo em 31.12.20	**-**	**(11.067.817)**	**(11.067.817)**

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMOSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em R$ 1)

	31.12.20	31.12.19
Atividades Operacionais		
Superávit (Déficit) do Exercício	(1.406.576)	110.725
Depreciação	114.311	75.004
Superávit ajustado	(1.292.265)	185.729
Redução (aumento) de Ativos		
Clubes filiados - Ativos	37.416	727.494
Adiantamentos	(21.726)	5.350
Contas a receber	(369.015)	(4.618)
Tributos a recuperar/compensar	-	(40)
Títulos de capitalização	264.051	104
Despesas antecipadas	1.450	4.714
Depósitos judiciais	57.555	98.347
Aumento (redução) de Passivos		
Obrigações trabalhistas	(1.559)	29.461
Fornecedores	494.470	(44.458)
Obrigações sociais	(24.871)	(95.591)
Obrigações tributárias	8.241	(39.199)
Obrigações tributárias - Parcelamento	(7.093)	(283.637)
Outra obrigações	(3.534.587)	3.620.572
Provisão para passivos contingentes	230.903	(378.744)
Receita a realizar	576.583	631.942
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(3.580.446)**	**4.457.427**
Atividades de Investimento		
Aquisições de imobilizado	(51.937)	(129.235)
Baixas de imobilizado	6.239	59.517
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**(45.698)**	**(69.717)**
Atividades de Financiamento		
Captação (pagamento) de empréstimos	63.824	(667.094)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**63.824**	**(667.094)**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	**(3.562.320)**	**3.720.615**
Caixa e Equivalentes no início do exercício	3.732.797	12.182
Caixa e Equivalentes ao final do exercício	170.477	3.732.797
Aumento (Redução)	**(3.562.320)**	**3.720.615**

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em reais)

1. Contexto Operacional: A Federação Mineira de Futebol, constituída em 5 de março de 1915, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, é uma entidade estadual de natureza desportiva, de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, gozando, nos termos do artigo 217, inciso I, da Constituição Federal, de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento, regida pelas normas legais do país e regras desportivas vigentes. Seu principal objetivo é administrar, dirigir, fomentar, difundir, incentivar e fiscalizar, de acordo com a competência legal, a prática de futebol não profissional e profissional, em todo o território do Estado onde é localizada. Além disso, é também o de promover campanhas educacionais, principalmente para a juventude, incentivando a elaboração de projetos que busquem instituir escolas de futebol em favor da comunidade carente, produzir, implementar e desenvolver sua atividade e/ou de seus filiados através de convênios e parcerias com quaisquer entidades, públicas ou privadas, quando viável, podendo receber numerários e recursos em geral. O patrimônio da Federação compreende os bens móveis e imóveis adquiridos sob qualquer título, troféus e prêmios que são insuscetíveis de alienação, fundos existentes ou bens resultantes de sua inversão e doações. A Federação não tem por objetivo a geração de lucros, devendo aplicar suas receitas e recursos financeiros na realização de suas finalidades, bem como na organização, na administração, na divulgação e no fomento do futebol. Dessa forma, a Federação preenche os requisitos legais ao reconhecimento de sua isenção tributária junto à União, Estado e Município. **2. Resumo das Principais Práticas Contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base na ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que levam em consideração, quando aplicáveis, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Entidade não possui outros resultados abrangentes e, dessa forma, a Demonstração do Resultado Abrangente não está sendo apresentada. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 03 de março de 2020. **2.2. Moeda funcional:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Entidade. A Federação não possui ativos e passivos em moeda estrangeira. **2.3. Instrumentos financeiros:** A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros:** • Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. • Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. • Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Entidade tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros disponíveis para venda: após mensuração inicial, estes ativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, que são reconhecidos diretamente no resultado do período. **Passivos financeiros:** • Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. • Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. **2.4. Análise do valor de recuperação de ativos:** A Administração da Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão abordadas a seguir. **Provisão para crédito de liquidação duvidosa:** A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apresentada como redução do saldo de contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização deste saldo, considerando o risco individual dos créditos. **Vida útil do ativo imobilizado:** A depreciação do ativo imobilizado considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. **Provisões para processos judiciais:** A Entidade registra provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Entidade também está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas levando em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os fundamentos e natureza de provisões para processos judiciais estão descritos na Nota 10. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3. Caixa e Equivalentes:** Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Entidade. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo os ganhos ou perdas registrados no resultado do exercício.

	31.12.20	31.12.19
Caixa	50.618	42.306
Bancos c/movimento	110.199	254.769
Aplicação de liquidez imediata	9.660	3.435.722
Soma - R$1	170.477	3.732.797

A Entidade tem políticas de investimento financeiro que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco, liquidez diária e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e sejam substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI. **4. Transações Entre Filiados: (i) Contas a receber/contas a pagar (filiados):** Os saldos entre a Entidade e filiados referem-se principalmente às contas correntes relativas a borderôs, adiantamentos, taxas e emolumentos por serviços prestados. Segue abaixo o demonstrativo com os saldos a receber referentes a essas transações entre a Entidade e os clubes de futebol:

	31.12.20	31.12.19
Clubes filiados ativos	4.577.859	4.800.535
Clubes filiados inativos	173.402	243.086
Clubes amadores ativos	473.297	-
PCLD	(2.761.306)	(2.542.953)
Soma - R$1	2.463.251	2.500.667

Tendo em vista que não existem garantias sobre o recebimento dos valores registrados nas contas a receber entre filiados, a Federação optou por constituir provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)em montante considerado suficiente para cobrir suas possíveis perdas. Abaixo, demonstramos a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	R$1
Saldo em 31.12.19	(2.542.953)
Reversão	79.230
Constituição	(297.583)
Saldo em 31.12.20	(2.761.306)

Não incidem juros ou atualização sobre os saldos a receber e a pagar nas transações acima. **(ii) Receita entre filiados:** A Federação recebe mensalmente auxílio financeiro fixo da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), conforme o Programa de Auxílio Financeiro definido pela CBF. Esse auxílio refere-se aos valores concedidos com o objetivo de assistência na manutenção da Federação. O montante de auxílio fixo recebido da CBF no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totaliza R$1.445.000 (R$975.428, em 2019). **(iii) Despesas entre filiados: Contribuições e Subvenções:** Os valores provenientes de Contribuições e Subvenções consistem em despesas pagas pela Federação aos clubes, referentes aos custos oriundos de passagens aéreas, estadias e alimentação das delegações dos clubes de segunda divisão que não possuem recursos para pagamento de tais valores. A Federação, cumprindo com o seu papel estatutário de fomento ao futebol regional, dentre outros, vem arcando com os custos logísticos destas competições, nomeadamente as partidas do Futebol Amador, tendo investido, em 2020, R$167 mil (Em 2019, R$1.214 mil). **Arbitragem:** As despesas com a arbitragem do campeonato da série A são pagas pelo clube mandante da partida e os valores são abatidos do montante da renda apurada, ao término da partida, sendo lançados no boletim financeiro elaborado por fiscais indicados pela FMF e acompanhado por um representante do clube. Já em relação aos campeonatos das séries B, C e D, os valores utilizados pela FMF para pagamento da arbitragem são enviados pela CBF, através de crédito em conta da Entidade, geralmente antecipando o mínimo de três rodadas. A prestação de contas acontece no decorrer do campeonato através dos recibos assinados pelos árbitros. **5. Contas a Receber:** Podem ser assim demonstradas:

	31.12.20	31.12.19
Patrocinadores	2.044.073	1.675.057
Soma - R$1	2.044.073	1.675.057

Patrocinadores assinaram os contratos no ano de 2020 para o campeonato de 2021; portanto, os valores serão quitados, em sua grande maioria, no decorrer do campeonato. Em 31.12.20, a Federação, após análise, não constatou necessidade de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa para este recebível. **6. Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável, e pode ser assim demonstrado:

Imobilizado	Taxa Média (% a.a)	Custo	Deprec. acum.	31.12.20 Líquido	31.12.19 Líquido
Veículos	20%	155.417	(61.300)	94.117	125.201
Máquinas e equipamentos	10%	92.577	(51.248)	41.329	40.447
Computadores periféricos	20%	149.461	(134.478)	14.983	16.575
Móveis e utensílios	10%	153.004	(94.329)	58.674	74.575
Equip. de comunicação	20%	133.072	(82.446)	50.626	70.480
Sistema de monitoramento	10%	10.661	(4.231)	6.430	7.496
Soma - R$1		694.192	(428.031)	266.161	334.773

A movimentação dos itens por categoria de imobilizado foi a seguinte:

Descrição	31.12.19	Adições	Baixas	Deprec.	31.12.20
Veículos	125.202	-	-	(31.083)	94.117
Máquinas e equipamentos	40.446	21.665	-	(20.782)	41.329
Computadores e periféricos	16.574	25.319	-	(26.910)	14.983
Móveis e utensílios	74.575	4.953	-	(20.854)	58.674
Equip. de comunicação	70.480	-	(6.239)	(13.615)	50.626
Sistema de monitoramento	7.496	-	-	(1.066)	6.430
Soma - R$1	334.773	51.937	(6.239)	(114.311)	266.161

A Entidade avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perda de valores não recuperáveis desses ativos, e, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Ressaltamos que não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos demais ativos na Entidade. **7. Obrigações Tributárias - Parcelamento:** Os parcelamentos, corrigidos mensalmente pela taxa Selic, são:

	31.12.20	31.12.19
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (i)	228.045	367.684
PROFUT - Débitos previdenciários (ii)	5.258.660	4.993.809
PROFUT - Demais débitos (ii)	2.649.182	2.738.370
PERT - Demais débitos (iii)	616.689	659.806
Soma - R$1	8.752.576	8.759.669
Circulante	717.979	605.091
Não circulante	8.034.597	8.154.578
Soma - R$1	8.752.576	8.759.669

i. Refere-se a parcelamento de ISS-Jogos, restando 52 parcelas; ii. Débitos que datam desde 1985, parcelados através do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT), restando 190 parcelas, sendo o último vencimento previsto para outubro de 2035. iii. Débitos que datam desde 1999, parcelados através do Programa de Regularização Tributária (PERT), restando 121 parcelas, sendo o último vencimento previsto para janeiro de 2030. **8. Receitas a Realizar:** Referem-se a determinado percentual de participação pertinente à Federação sobre os contratos de patrocínio recebidos antecipadamente ao período de vigência do contrato. Esses valores não são tratados como receita do período em que foram recebidos, mas sim como adiantamentos recebidos de patrocinadores a serem transferidos para receita quando incorridos, pelo regime de competência, não estando sujeitos à devolução por cancelamento da transação.

	31.12.20	31.12.19
Adiantamento CBF (i)	48.589	128.000
Patrocínio campeonato mineiro 2021 (ii)	2.682.552	1.996.558
Anuidades (ii)	7.000	37.000
Soma - R$1	2.738.141	2.161.558

i. Valor recebido da CBF para custeio de arbitragem. ii. Receita com o patrocínio do Campeonato Mineiro de 2021 a ser apropriada proporcionalmente ao prazo de realização do mesmo. iii. Anuidade de filiados, referentes a 2021, recebidas antecipadamente. **9. Outras Obrigações:** Representadas, basicamente, pelo montante do contrato dos direitos de transmissão do campeonato mineiro a ser repassado aos Clubes. **10. Depósitos Judiciais e Provisões para Processos Judiciais:** A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de seus processos judiciais e administrativos, conduzido por departamento jurídico próprio e por advogados externos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, a saber:

	31.12.20	31.12.19
Reclamatórias trabalhistas	400.595	279.852
Reclamatórias cíveis	830.255	720.096
Soma - R$1	1.230.850	999.948

Abaixo, demonstramos a movimentação das contingências ocorrida durante o exercício de 2020:

	R$1
Saldo em 31.12.19	999.948
Constituição	423.368
Reversões e pagamentos	(192.466)
Saldo em 31.12.20	1.230.850

Os saldos de depósitos judiciais referem-se aos depósitos em juízo efetuados por determinação judicial, de acordo com as particularidades de cada uma das causas. **11. Receitas Operacionais Líquidas:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de abatimentos, como segue:

	31.12.20	31.12.19
Receita com campeonatos (i)	420.906	2.582.212
Taxas (ii)	2.077.578	3.676.020
Patrocínios (iii)	2.398.925	2.578.617
Publicidade (iv)	1.454.601	2.600.596
Doações (v)	1.445.000	975.428
Recadastramento anual (vi)	382.550	438.650
Multas/Taxas TJD (vii)	61.161	63.490
Futebol amador	-	8.561
Receita com arbitragem	-	165.204
Curso de arbitragem	98.860	50.335
Outras	113.657	164.136
Soma - R$1	8.453.238	13.303.249

(i) Renda de jogos - A receita proveniente de bilheteria refere-se a 5% do total arrecadado de bilhetagem nas competições realizadas de âmbito nacional e 10% nos estaduais, sendo reconhecida pelo regime de competência na realização do evento/partida; (ii) Taxas de registro, transferência e rescisão de clubes e atletas - A receita proveniente da negociação de atletas refere-se às taxas de transferência entre clubes quando os jogadores são transferidos para Estados diferentes. Além disso, no caso de transferência de jogadores do mesmo Estado para clubes distintos, são cobrados valores de rescisão e recadastramento. Em todos os casos, a receita é reconhecida pelo regime de competência; (iii) Contratos de patrocínio - Os valores provenientes de receita de patrocínio referem-se aos contratos firmados com as empresas para a divulgação de suas marcas e logos nas competições ocorridas nos estádios de futebol. Geralmente, a divulgação das empresas é realizada através de placas que ficam localizadas nos campos em que as partidas ocorrem, dando ao espectador maior visibilidade e acesso ao material divulgado; (iv) Publicidade, direitos televisivos e comerciais - A receita é reconhecida de acordo com o período de vigência de cada contrato, pelo regime de competência. Os direitos comerciais e televisivos referem-se aos valores pagos pelos canais de televisão nos quais as partidas são transmitidas em rede nacional e/ou estadual; (v) Doações (Auxílio CBF - Programas de Auxílio Financeiro) - conforme Nota 4.iii; (vi) Recadastramento Anual - Trata-se de valores recebidos dos clubes, para manutenção de seu cadastro junto à FMF, possibilitando que os mesmos possam participar dos diversos campeonatos organizados pela Entidade; (vii) Multa do Tribunal de Justiça Desportiva (TJD) - As receitas provenientes do TJD referem-se principalmente às penalidades aplicadas aos clubes. **12. Despesas com Pessoal:** O plano salarial e de benefícios da administração da Entidade seguem os mesmos critérios para todas as remunerações dos funcionários e dirigentes.

	31.12.20	31.12.19
Despesas com salários	2.098.759	2.917.519
Despesas com encargos	2.366.607	2.200.433
Despesas com férias	246.829	303.360
Despesas com 13º salário	189.427	229.627
Soma - R$1	4.901.623	5.650.939

13. Despesas Operacionais de Jogos: Com o intuito de uma melhor apresentação, os valores das despesas com jogos podem ser assim detalhados:

	31.12.20	31.12.19
Arbitragem	331.226	574.866
Quadro móvel	-	13.127
Contratados	76.387	157.121
Eventuais	2.495	85.710
INSS	34.904	144.344
Ingressos	350.400	361.972
Troféus e medalhas	131.605	189.798
Publicidade	548.886	710.887
Doping - Análise Laboratorial	267.536	-
Filmagens	170.850	243.648
Repasse aos filiados	117.270	299.744
Hospedagem	490	18.915
Outras despesas de jogos	94.110	230.850
Soma - R$1	2.126.160	3.030.982

14. Despesas Gerais e Administrativas: Os saldos registrados no grupo de despesas gerais e administrativas referem-se aos valores provenientes de relacionamento com os filiados, serviços tomados e demais taxas pagas pela Federação no exercício.

	31.12.20	31.12.19
Alimentação	176.653	204.957
Informática	178.009	194.587
Locações diversas	52.646	244.707
Promoções e eventos	38.951	196.463
Serviços de pessoa jurídica	70.131	637.940
Viagens/transportes/hospedagem	32.188	340.333
Outras	23.836	78.791
Soma - R$1	572.413	1.897.778

15. Utilidades e Serviços: Podem ser assim demonstrados:

	31.12.20	31.12.19
Condomínio, aluguéis e taxas	585.966	536.803
Conservação e manutenção de veículos	36.282	58.213
Conservação e reparos	36.687	103.069
Telefone e internet	80.902	96.738
Energia elétrica	27.735	51.956
Vigilância e monitoramento	184.071	136.020
Despesa com gráfica	10.376	24.641
Fretes e carretos	12.715	34.330
Despesas com futebol amador	-	9.990
Outras	72.734	125.394
Soma - R$1	1.047.469	1.177.154

16. Despesas Tributárias: As despesas tributárias referem-se aos valores de impostos pagos ao longo do exercício, conforme apresentado a seguir:

	31.12.20	31.12.19
IPTU	27.010	26.280
IPVA	5.799	9.282
IRRF/IOF	2.974	22.834
Taxas municipais	2.173	2.148
Taxa de incêndio	-	2.211
Diversos	4.986	3.086
Soma - R$1	42.942	65.841

17. Outras Despesas: Podem ser assim demonstradas:

	31.12.20	31.12.19
Constituição liquida de PCLD (nota 4)	218.353	170.410
Provisões com processos trabalhistas	314.050	1.800
Provisões com processos cíveis	110.158	-
Outras	59.164	99.417
Soma - R$1	701.725	271.628

18. Resultado Financeiro: Os valores registrados no resultado financeiro se referem principalmente aos rendimentos de aplicação financeira, juros sobre empréstimos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31.12.20	31.12.19
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	4.297	46.714
Descontos obtidos	42.952	24.178
Multas/Juros	697.673	416.462
Correção de impostos/taxas	105.940	24.969
	850.863	512.323
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(59.986)	(25.338)
Juros e multas tributárias	(6.925)	(18.838)
Despesas bancárias	(15.528)	(42.066)
Atualização parcelamento Refis/Profut	(654.907	(252.900)
Descontos concedidos	(484.787)	(1.196.379)
	(1.222.134)	(1.535.521)
Resultado financeiro líquido - R$1	(371.271)	(1.023.198)

19. Informações por Divisão: As receitas e desembolsos das divisões de futebol foram:

Descrição	Primeira Divisão	Divisões de Acesso	Futebol Amador	Divisões Femininas
Patrocínios	2.398.925	-	-	-
Direito de transmissão	-	-	64.059	-
Mineiro	353.615	36.020	-	-
Brasileiro	-	-	640	-
Copa do Brasil	27.140	-	-	-
Taxas	117.188	222.422	201	36.626
Receita c/ Ingressos	57.525	29.595	-	1.180
Anuidades	60.000	322.500	-	
Doações CBF	100.000	100.000	-	
Total das receitas	3.114.392	710.537	64.899	37.806
Arbitragem	(189.000)	-	(954)	(119.973)
Serviços de pessoa jurídica	(28.667)	(12.000)	-	-
Repasse financ.-Clubes/Ligas	(84.173)	(14.142)	-	(18.128)
Ingressos	(175.200)	(5.200)	-	-
Publicidade	(605.735)	(109.696)	(10.883)	(3.400)
Troféus e medalhas	(90.983)	(24.475)	(7.840)	(8.307)
Análise Laboratorial	(260.444)	-	-	-
Vigilância e monitoramento	(4.361)	-	-	-
Outras despesas	(159.653)	(91)	(11)	(29.595)
Total dos desembolsos	(1.598.216)	(165.604)	(19.688)	(179.402)
Líquido - R$1	1.516.176	544.933	45.212	(141.596)

20. Cobertura de Seguros: A Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis; consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **21. Fato Relevante - Efeito Coronavírus:** O exercício de 2020 foi fortemente impactado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19) com severos desdobramentos sanitários, sociais e econômicos. A Entidade vem acompanhando as consequências da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar seus efeitos, mantendo suas atividades operacionais, com a observação dos protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades. Lamentavelmente a pandemia continua. O Governo Federal tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela pandemia, buscando auxiliar as Instituições nesse período de gravidade por que passa o Brasil e o mundo, visto que os ef